**Ata da vigésima quarta reunião ordinária do segundo período da primeira sessão legislativa da Câmara Municipal de Santana do Deserto, realizada às dezenove horas do dia trinta e um de setembro de dois mil e um.** Presidente: Darci Itaboraí; Vice-Presidente: Jurandyr Guimarães; Secretário: Sebastião da Costa Rodrigues; Vereadores presentes: Carlos Henrique de Carvalho, Evaldo Luciano de Souza, Luiz Carlos Florentino de Souza, Lúcio Neri dos Santos, José Antônio Brasil Caetano e Eduardo Pedroso Páscoa. Após verificar na lista de presença o número regimental o sr. Presidente deu inicio a sessão pedindo ao sr. Secretario que lesse a ata da sessão pedindo ao sr., digo da sessão anterior, que após sua leitura foi posta em discussão e votação sendo aprovada por unanimidade. Correspondência recebida: Oficio 7536- Ministério da Saúde- Funasa- Execução de Sistema de Esgotamento Sanitário; Oficio Circular n° 03/2001- Tribunal de Contas- Sobre publicação do relatório resumido da Execução Orçamentária; Prisma- Grupo de Ação Educacional- Divulgação dos Cursos de Pós-Graduação; Oficio PMSD/177/2001- Encaminha Projeto de lei n° 12/2001 que “Regulamenta a contratação do Programa de Saúde da Família- Saúde Bucal”. Expediente: Foram apresentados os projetos de lei n° 11/2001 e 12/2001 e encaminhados as Comissões competentes. O sr. Presidente suspendeu a sessão para que a diretora do Serviço de Saúde do município, a sra. Katia Mary da Silva, que se fazia presente, pudesse se juntar a mesa, de acordo com requerimento do vereador Jurandyr Guimaraes, para prestar esclarecimento sobre o “PSF”, após o convite a diretora cumprimentou a todos e pôs a explanar sobre o assunto, aproveitando a oportunidade para melhor esclarecer o “por quê” dos projetos citados anteriormente; falou a respeito da regularização da contratação do pessoal do “PSF”, dos valores das remunerações que é uma média da região, estipulada pelo programa; da carga horária, da dificuldade em encontrar profissionais devido ao baixo valor da remuneração e da carga horária muito extensa, falou sobre a saúde hoje no município; após responder as perguntas dos vereadores e não tendo mais o que tratar a sra. Diretora agradeceu a oportunidade e se despediu. O sr. Presidente agradeceu sua presença a colocou a Casa a inteira disposição. A seguir deu continuidade a reunião apresentando os pareceres n° 10/2001 da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao projeto de lei n° 10/2001, relator vereador Jose Antônio Brasil Caetano que conclui: de vez que o mesmo não oferece restrições de ordens legais e constitucionais, esta comissão é de parecer favorável, assinam todos os membros da Comissão. Parecer n° 10/2001 da Comissão de Obras e Serviços Públicos ao projeto de lei n° 10/2001 de igual teor e conteúdo, assinam todos os membros da comissão. Parecer n° 10/2001 da Comissão de Finanças e Orçamento ao projeto de lei n° 10/2001 de igual teor e conteúdo, assinam todos os membros da comissão. Parecer n° 10/2001 da Comissão de Educação, Saúde a Assistência de igual teor e conteúdo, assinam todos os membros da Comissão. Requerimento n° 46/2001 de autoria do vereador Evaldo Luciano de Souza que requer do Executivo Municipal a possibilidade de reativar a banda de musica. Ordem do dia: foram postas em discussão e em votação os pareceres ao projeto de lei n° 10/2001 sendo aprovados por unanimidade. Foi posto em discussão e em primeira fase de votação o projeto de lei n° 10/2001 que “autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso sobre em imóvel de propriedade do município e dá outras providências sendo aprovado por unanimidade. Em seguida o sr. Presidente pôs o requerimento n° 46/2001 em votação sendo aprovado por unanimidade. O sr. Presidente concedeu a palavra aos nobres vereadores. O vereador Lucio Neri dos Santos pediu que constasse em ata o recebimento de um oficio do Tribunal de contas de Minas Gerais que vem cobrar a prestação de contas da Câmara Municipal referente ao Exercício de 1996. O sr. Presidente solicitou aos vereadores que fosse feita uma reunião extraordinária para a segunda fase de votação do projeto de lei 10/2001, após um intervalo de quinze minutos aceita a solicitação o sr. Presidente encerrou a sessão e que para constar lavrou-se tal ata que se aceita, por todos será assinada.